

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajetória de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajetória de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

Memórias

I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso

As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil. Crenças na aparição da Virgem Maria

Tânia Mara Campos de Almeida

Introdução

A partir das últimas décadas do século XX houve uma expressiva proliferação de manifestações marianas nos países de formação católica, em especial na América Latina. Nelas, encontram-se padrões estruturais de fenômenos europeus antigos e reconhecidos pela Igreja como mensagens, visões sobrenaturais, e a subsequente erguimento de santuários. Também apresentam elementos novos, relativos a seus contextos locais e nacionais, assim como características do catolicismo globalizado na contemporaneidade e a atual performance dos videntes. Esse conjunto de rupturas e continuidades com o passado as inscreve numa linha diacrônica longa e numa complexa mitologia.

O marco simbólico desses fenômenos latinos está na aparição ocorrida em Medjugorje (Bósnia-Herzegovina), a partir de 1981, que representa o desdobramento e a reinterpretação da ideologia mariana moderna, baseada nos seguintes pontos apocalípticos: o fim do mundo; a justiça divina; a ira de Deus; a intercessão da Virgem, que se apieda dos sofrimentos dos humanos e advoga em seu favor; os pecados da humanidade; os castigos e a reparação por meio da conversão ao plano de salvação. Contudo, distingue-se dos eventos anteriores ao existir por anos e sair de seu nicho sociogeográfico originário, podendo ocorrer onde os videntes estiverem. Cada fenômeno da aparição pode ser considerado como um rito completo em si ou ser inserido numa série inter-relacionada da história da “Rainha da Paz”. Essa aparição ganhou um forte caráter público, consagrou ambientes, rompeu fronteiras confessionais e controles institucionais, servindo-se bastante da mídia, dos sites e das redes sociais.

Na América Latina, após o esvanecimento da presença marcante da Teologia da Libertação nas comunidades católicas, os cultos marianos recrudesceram principalmente entre grupos que ocupavam os níveis menos favorecidos da sociedade ou posicionavam-se contrários à lógica político-econômico capitalista,

onde o sistema tradicional ameaçado lutava para resistir às mazelas contemporâneas, recuperando uma ordem idealizada (indígenas no México e na Colômbia, por exemplo). Liderados por pessoas consideradas puras, oprimidas e sem conhecimento formal da religião, como mendigos no Chile e crianças campesinas no Brasil, tais fenômenos evidenciaram-se subversivos ao se organizarem como uma crítica ao *status quo* e se apropriarem do sagrado sem mediação eclesial. A Renovação Carismática foi o movimento católico que mais se apropriou dessas manifestações, em especial nas áreas onde o catolicismo perdia espaço para outras religiões. Essa apropriação não foi total, mas deslocou significados próprios das classes médias urbanas para os meios populares (Almeida, 2012).

A mensagem anunciada nesses contextos não manifesta o teor escatológico europeu, mas benevolência e acolhimento, advindo de uma Virgem acessível ao povo. Além disso, entre os latinos, os eventos reuniram fiéis de diferentes classes sociais, raças, etnias, escolaridades, gêneros e gerações em *communitas* (Turner, 1974), bem como foram capazes de investir os videntes de um poder praticamente sacerdotal e mediador entre a divindade e os humanos, levando a devoção popular ao seio da Igreja.

Um dos casos é a aparição em Piedade dos Gerais (MG), no interior agrário brasileiro, que ocorre desde 1987 como um “fato social total” e que foi por mim acompanhada de perto no desenrolar da dissertação de mestrado e da tese de doutorado em antropologia na UnB, ambas orientadas pela professora Rita Laura Segato. Sua arguta sensibilidade e seu vasto conhecimento das ciências sociais e humanas contribuíram imensamente para sua análise sofisticada e original.

Embora um acontecimento de antiga tradição, essa aparição confere sentido atual à vida de distintos grupos, conforme me apontou a professora desde as primeiras sondagens de campo. Por esse ensinamento, identifiquei sua dimensão singular, marcante dessa devoção mariana, caracterizando-se por: *i.* crença de que a Virgem é a principal realidade perceptível da divindade ali, tanto que as mensagens são consideradas celestiais e enunciadas em primeira pessoa pelas e pelos videntes; *ii.* capacidade do discurso religioso, emitido inicialmente por crianças, fundar um experimento de sociabilidade; *iii.* ritos coletivos em que as mensagens são reveladas; *iv.* circulação dessas crianças por contextos sociais e geográficos externos à sua origem; *v.* presença de grupo leigo e constantemente aberto a novos adeptos no santuário, formado por distintos valores, projetos sociais e tipos de catolicismo; *vi.* crença no acolhimento amoroso de Maria; e *vii.* anúncio do Reino de Deus para todos (Almeida, 2003a; 2003b).

De modo sucinto, procuro aqui apresentar e discutir tais características por três momentos do fenômeno, oriundos das mudanças de feições das mensagens divinas.

As mensagens iniciais

As mensagens dos três primeiros meses restringiram-se a enunciar as principais figuras simbólicas da aparição. Várias delas evocavam alguns dogmas e a tradição. Elementos do cenário local também se assemelhavam aos europeus, como as imagens do paraíso vislumbradas pelos videntes e os fenômenos ditos sobrenaturais. As semelhanças com as manifestações aprovadas pela Igreja contribuíram para que se acreditasse na veracidade da aparição, embora seu estilo particular fosse se firmando.

No início, as aparições não apresentavam duração constante e exigiam grande disponibilidade dos fiéis, que entravam num ritmo de tempo diferente do habitual: o “chamamento” (Velho, 1987) – dedicação intensa às atividades sagradas, especialmente em movimentos milenaristas. Com propriedades de uma fada, a Senhora aparecia segurando uma varinha, de onde saíam letras douradas ao tocar a nuvem sob os seus pés. As videntes, que tinham 12, 10 e sete anos em 1987, liam em uníssono o texto que ia sendo desvelado. Por intermédio da descrição emocionada das frases e das imagens, o público as partilhava com realismo e ativamente, de modo diverso do padrão europeu.

Essa feição do discurso oracular – frases curtas e enunciativas – dificultava a sua compreensão. O primeiro esforço para sua apropriação era pela busca de seu sentido literal, guiado pela ideologia apocalíptica das aparições modernas. Os devotos, contudo, não conseguiam decifrá-las, pois sua tópica central era a irrupção de um mundo melhor, transformado, não a sua destruição. Era uma tópica benigna, promissora, reconfortante. Foi a própria mensagem que começou a se autodecifrar, ao trazer à tona novos elementos, indicando ser uma linguagem simbólica. De início, o fenômeno constituía-se por uma riqueza de significantes que carregava consigo frágeis concepções oriundas da tradição. Todavia, esses signos não mais se satisfaziam com suas antigas significações.

Novos significados emergiram para as mesmas figuras que Sandra Zimdars-Swartz (1992) encontrou nos antigos fenômenos, sem, contudo, excluir os anteriores. Por exemplo, houve a ressemantização da Mãe Celestial severa e ameaçadora na Mãe Doce. Quando os significados eram discrepantes e não podiam conviver num único campo semântico na nova tópica, outra figura (que já tinha seu espaço reservado na simbologia mariana) se colocava. Esse foi o caso do Deus onipotente, irado e punitivo, que enviava castigo aos pecadores. Em Piedade, ele se tornou um pai amável e permissivo, agradecendo a presença das pessoas e enviando-lhes presentes, enquanto outra imagem personificada, o Demônio, passou a punir as pessoas e a desejar o fim do mundo.

Cabia a tais significantes iniciais apenas lançar as figuras básicas desse mito, inseri-lo na mitologia cristã e na história das aparições e, ainda, reservar os seus espaços, constituindo-se numa enumeração de temas. O princípio ativo de tais frases era o modo como apresentavam os dizeres, o que as tornava matrizes de figuras, “frases-mãe” (Barthes, 1977). Algumas dessas frases declaravam repetidamente as figuras. Porém, diante da enorme carga semântica que uma figura representa, era o argumento que a fazia significar sob o prisma de uma de suas significações, marcando o seu lugar de fala. Ainda que as figuras de Piedade fossem idênticas às do passado, era a especificidade de seus motivos que as introduzia à inovação ao ressemantizá-las.

Através das aparições iniciais, acompanha-se a fundação do santuário a atribuição de novos papéis a atores sociais e a estruturação do rito atual, o qual confere poder e especialidade à mensagem. A mera declaração dessas figuras foi capaz de modificar o local, erigindo novas realidades entre os adeptos. Nessa fase, a mensagem exerceu seu aspecto performático em plenitude (“atos de fala” de Austin, 1962): ao destruir a ordem instituída e erguer outra, magicamente agia mais do que dizia. Ela criou ali um universo, como Deus, o próprio Verbo, ao enunciar nomes no *Gênesis*.

Após as primeiras mensagens, mudanças em níveis mais profundos passaram a ser visíveis, promovendo um mundo novo no santuário, resultado da inter-relação das mensagens com a interpretação dos fiéis. Aos pés da Virgem, eles deixaram de ser reconhecidos por suas identidades costumeiras, adquirindo a condição única de suas “pequenas crianças”. A mensagem conseguiu criar, acima das definições específicas e ordens normativas de ligações sociais, um elo genérico entre eles, liberando-os dos constrangimentos de *status* e papel social. Em suma, a mensagem provocou a transição da realidade cotidiana a outra especial, caracterizada pelo espírito de *communitas* (Turner, 1974) e, assim, diluiu alguns problemas da localidade à época.

Cada símbolo apresentado nas figuras trouxe consigo novos valores morais e princípios de organização, em acréscimo aos anteriores. Essas associações foram vinculadas a personagens sagradas do cristianismo, que são exemplos de perfeição, bem como a campos cognitivos e afetivos. Foram as significações diferentes, plasmadas nesses personagens, que passaram a orientar o comportamento de homens e mulheres, pais e mães. Por isso, ainda que a *communitas* seja um movimento revitalizante da estrutura social, quando legitima as antigas significações dos símbolos, também representa um perigo devido a seu caráter liminar, que pode conduzir a uma nova ordem.

O segundo momento da aparição

Após essa experiência de *communitas*, o fenômeno tomou rumo diferente. Não só a chegada de romeiros trouxe à cena atores sociais desconhecidos, como a mensagem se recriou e fundou outra ordem identitária a partir de dezembro de 1987. Ela passou a ser longa e, gradativamente, a perplexidade dos primeiros contatos com o sobrenatural foi substituída por sua compreensão. As figuras, apenas enunciadas em unidades mínimas, expressaram-se em cadeias maiores de signos, orientando seu sentido, embora seu estilo hermético e enigmático tenha sido preservado, uma vez que tais signos se mantiveram carregados de possibilidades significativas não explícitas. Foi nessa dinâmica de interação entre os dois padrões discursivos que o mito vivido se concretizou como realidade cotidiana, fundou o santuário “Vale da Imaculada Conceição” e, nele, a comunidade “Grupo da Fraternidade”. Foi o preenchimento da fala oracular com conteúdos históricos e circunstanciais que marcou esse segundo período da aparição, no qual se reviveu novamente o *Gênesis*, quando Deus transferiu o seu poder de nomear ao ser humano, fazendo-o também criador. Por exemplo:

Aqui no Brasil, terça-feira, abraçarei todo mundo. Ao dia, a partir das 8 horas da manhã. E vocês vão sentir no coração que eu estou presente aqui. E vão ver que eu vos amo de verdade. E os sinos de Natal tocarão na noite de terça-feira. Vocês passarão a conhecer Deus verdadeiramente. [...] E daí pra frente é que vai começar o verdadeiro Reino de Deus, que levará mais de três anos, mas começará por estes dias. Mas Jesus enfrentará com vocês por estes três anos. [...] O Reino descerá aqui, quarta-feira (Gravação de 14 de dezembro de 1987).

Nessa mensagem, 40 famílias da região foram eleitas para viver nesse reino, que era o santuário. Estas tinham o perfil de pobreza, humildade e sofrimento. Ao ocuparem a terra santa e desfrutarem com intimidade da presença da divindade, foram retirados da posição desprestigiada, invertendo-se a hierarquia por darem início à construção do mundo novo e dele participarem. Assim, a figura dos pequenos e das criancinhas, que abarcava a todos, começou a ser associada aos oprimidos. Ao ser fixado um sentido hegemônico, a manifestação tomou outro caráter, revelando o contexto sociopolítico em que surgiu: um momento de tensão estrutural.

No mundo novo, encontrou-se revelada a comunidade campesina ideal. Assim, se a comunidade é a cápsula protetora do campesinato (Woortmann, 1990), ela o é por se constituir numa ordem moral, postulada pela reciprocidade

entre famílias iguais. Ressalta-se o espírito de reciprocidade entre elas, que se firma pela recusa ao negócio e à mercadoria da Modernidade (Mauss, 1967; Polanyi, 1971; Sahlins, 1978). Por isso, ali, não se assalaria e, pela mesma ética, não há comércio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família; mais que uma resposta a uma necessidade prática, o trabalho é uma ocasião festiva, cujo significado simbólico é a reprodução da comunidade; e, mais que a permuta de objetos entre indivíduos isolados, a troca se dá entre famílias e entidades hierárquicas. O centro da troca é a comida e seu valor social não se limita às qualidades alimentícias, envolve a linguagem ritual, que fala dos princípios campesinos. Depois que se mudaram para o santuário, os camponeses conheceram a fartura material e suas necessidades básicas foram supridas através de mutirões, trabalho e refeições coletivos, bem como de doações dosromeiros.

Há aqui duas formas do catolicismo popular brasileiro (Oliveira, 1985; 1986). A primeira delas está no campo, onde as concepções religiosas regulam as relações sociais pelo modelo celeste: os poderosos devem proteger os fracos e estes lhes devem lealdade, revestindo a prática da dominação de dever moral. As relações de dependência, que associam o camponês ao senhor poderoso, refletem o vínculo devoto – santo, base sobre a qual o imaginário constrói representações e práticas do culto aos santos. Logo, o catolicismo estabelece os limites da dominação, tanto que, quando camponeses se viram incapazes de retornar à ordem cósmico-social campesina irromperam movimentos religiosos no país. Esse mecanismo reside na concepção do tempo perene: desde a Criação até o Juízo Final o mundo é o mesmo, não havendo a dimensão temporal de uma história linear – nem, por isso, fatalista. Mas, não há um projeto social alternativo, pois a contestação se dá apenas pela idealização do passado.

Na aparição, cujo núcleo foi gerado pelas motivações do catolicismo rural, irrompeu-se um novo mundo num tom de alegria e esperança. Outra expressão do catolicismo popular, vinculada à Teologia da Libertação, viabilizou essa proposta libertadora, recuperando a comunidade campesina sem restaurar um passado idealizado e, ao mesmo tempo, rompendo com o particularismo do campo. Presente no local pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sua espiritualidade centra-se na Bíblia, na vida coletiva e na congregação leiga, apesar de ter relações orgânicas com a Igreja. Todas integram o processo de renovação pastoral e transformação social. É na função religiosa que os agentes se diferenciam, evangelizando em pequenas coletividades e difundindo a ideia de que a humanidade deve realizar os projetos de Deus aqui e agora.

Embora não haja total identificação do santuário com as CEBs, nota-se uma utopia de sociedade que norteia sua práxis social e política. Ancorado nas mensagens e na fonte bíblica, esse ideário recuperou o mito da libertação do

povo eleito, motivando a implosão da ordem vigente a partir da perspectiva radical de igualdade social e partilha. Assim, a ressemantização das figuras do núcleo de sentido da religiosidade preexistente produziu uma síntese própria, num processo de superposição de campos semânticos.

A difusão da mensagem

À medida que o tempo transcorria, surgiam fiéis de outras regiões e variados grupos sociais e raciais, transformando o santuário num centro de romaria. A maioria pertencia a um movimento desconhecido dos camponeses, a Renovação Carismática Católica. Esses devotos foram os que apoiaram a aparição, uma vez que foi rejeitada pelos dirigentes das CEBs como misticismo popular e “ignorância” religiosa, incompatível com a visão modernizadora e racionalizadora da fé. Com os romeiros, outras formas de reciprocidade e relação com o sagrado despontaram. À comunidade coube cuidar da “felicidade” do fenômeno (Tambiah, 1985): sustentá-lo no dia a dia, acolher os visitantes e propagar a mensagem; aos peregrinos coube nutrir a aparição: com doações, notoriedade e novas interpretações às falas oraculares, dinamizando a manifestação, da mesma maneira que impulsionaram ali a Modernidade.

Foi o ritual da aparição, fixado nesse terceiro momento, que amenizou as diferenças entre os grupos, preparando-os em espírito de igualdade e permitindo à mensagem se dirigir a todos. A mensagem também sofreu alteração, acomodando as diferenças: não mais associava os sofrendores aos pobres, mas a todos com o coração dilacerado. Se, no começo, a mensagem conclamou à modificação local, no segundo período, estruturou o Reino de Deus ali, no último momento, enfocou a transformação do planeta e a conversão da humanidade. Além disso, a partir de 1988, a mensagem passou a ser enunciada em primeira pessoa, como se fosse a própria Virgem, por meio das videntes em transe. Esse episódio ocorreu no altar de uma igreja na capital do estado, quando foram convidadas por um sacerdote a participar da missa. Inaugurou-se, então, a forma pela qual a aparição seguiu existindo, a peregrinação da Virgem por cidades brasileiras e estrangeiras, e a apropriação da mensagem enquanto realidade em si, um texto em separado do contexto de sua produção e das crenças a ele vinculadas.

A adesão dos carismáticos, em busca de uma relação clientelista com a Virgem, impediu a perpetuação de seu tom revolucionário, tornando-o uma utopia moderada. Tenha-se em consideração que os poderosos locais se reaproximaram do fenômeno e dele se beneficiaram economicamente com as romarias. Ao núcleo original, gerado pelo catolicismo campesino, sintetizado a partir do pensamento libertador, foi agregada a Renovação Carismática, uma

perspectiva de privatização religiosa independente das implicações sociais e morais. Contudo, sua presença não foi suficiente para retirar da aparição as estruturas do mundo camponês, nem caducar o projeto social ali gestado.

Enfim, fazendo eco a trechos bíblicos referentes ao poder divino de erguer universos que a palavra em si adquire, após Deus e o homem a terem possuído no *Gênesis*, a Virgem, que é pura palavra, tomou vida própria e saiu pregando. Ao tomar vida, ela foi capaz de recriar o santuário, perpetuando-o sob novas circunstâncias.

Considerações finais

O presente capítulo apresentou um fenômeno comum e antigo ao catolicismo popular brasileiro: as aparições da Virgem Maria. De modo específico, centra-se no fenômeno que ocorre desde 1987 até hoje em Piedade dos Gerais, interior do estado de Minas Gerais. Trata-se de um verdadeiro “fato social total”, que envolve diversas dimensões da experiência humana em articulações novas e transformadoras, inseridas em uma mensagem utópica de fé e esperança.

Embora seja um acontecimento pertencente a uma longa tradição europeia, revela-se atual ao conferir sentido e infundir emoções à vida de distintos grupos sociais que a ele se vinculam diferentemente (grupos agrários, urbanos, pobres, ricos, leigos, religiosos, dentre outros). Essa sua grande capacidade inovadora e aglutinadora da diversidade social encontra-se nos mínimos detalhes que o compõem, a começar pelo fato de ali ser a própria fala da Virgem a principal realidade perceptível da divindade, assim como pelo fato de a força de um discurso religioso, emitido por crianças em estado alterado de consciência, fundar um revolucionário experimento de sociabilidade, um verdadeiro laboratório social, como dizia a mestra Rita Laura Segato em nossos encontros de orientação.

Muitas das reflexões contidas neste trabalho extrapolam as especificidades da referida manifestação, podendo ser observadas também como parte de outras expressões do catolicismo no mundo, em particular na América Latina. Contudo, atenção especial é dada à sua dimensão singular, que chama atenção pela originalidade e ocorre exclusivamente dentro desse contexto psíquico, histórico-cultural e socioeconômico brasileiro, sem interferência eclesial e organizado, em seu núcleo fundante, por grupos leigos e camponeses.

Referências

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Marian cults and apparitions in Latin America. In: *Encyclopedia of global religion and society*, 2 v. Los Angeles, CA: Sage Publications, 2012.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. *Vozes da Mãe do Silêncio – a aparição da Virgem Maria em Piedade dos Gerais (MG)*. São Paulo: Attar Editorial, 2003a.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A aparição de Nossa Senhora em Piedade dos Gerais (MG). In: STEIL, Carlos Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; REESINK, Mísia Lins (orgs.). *Maria entre os vivos: reflexões teóricas e etnografias sobre aparições marianas no Brasil*, p. 139-174. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003b.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- MAUSS, Marcel. *The gift: forms and functions of exchange in archaic societies*. New York: The Norton Library, 1967.
- OLIVEIRA, Pedro R. Comunidade, igreja e poder: em busca de um conceito sociológico de Igreja. *Religião e Sociedade*, v. 13, n. 3. 1986.
- OLIVEIRA, Pedro R. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- POLANYI, Karl. *The great transformation*. Boston, MA: Beacon Press, 1971.
- SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. London: Tavistock, 1978.
- TAMBIAH, Stanley. A performative approach to ritual. In: TAMBIAH, Stanley. *Culture, thought and social action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- TURNER, Victor. *The forest of symbols*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1974.
- VELHO, Otávio. O cativo da Besta-Fera. *Religião e Sociedade*, v. 14, n. 1, 1987.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, n. 87, 1990.
- ZIMDARS-SWARTZ, Sandra. *Encountering Mary*. New York: Avon Books, 1992.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

